

SOLAR • EÓLICA • HÍDRICA • BIOMASSA • ARMAZENAMENTO



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

EOL Potiguar B33 SPE



ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração dos resultados.....	7
Balço patrimonial.....	9
Notas explicativas.....	11
1 Contexto e mudanças significativas	11
1.1 Informações gerais	11
1.2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	11
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação	11
2 Principais informações financeiras.....	12
2.1 Resultado do exercício	12
2.2 Ativos e passivos financeiros	13
2.3 Ativos e passivos não-financeiros	18
2.4 Patrimônio líquido	20
3 Estimativas críticas e riscos	21
3.1 Estimativas críticas e julgamentos	21
3.2 Gestão de riscos.....	22
3.3 Risco regulatório.....	22
3.4 Risco de liquidez	22
4 Outras informações.....	23
4.1 Contingências	23
4.2 Transações com partes relacionadas	24
4.3 Seguros	25
5 Políticas contábeis materiais adotadas	25
5.1 Caixa e equivalentes de caixa.....	25
5.2 Imobilizado.....	25
5.3 Intangível	26
5.4 Redução ao valor recuperável (" <i>impairment</i> ").....	27
5.5 Empréstimos e financiamentos	28
5.6 Provisões	28
5.7 Tributação.....	28
5.8 Outros ativos e passivos	29
5.9 Reconhecimento de receita.....	30
5.10 Instrumentos financeiros	30
5.11 Passivo de arrendamentos.....	30
5.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente	31
5.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes	31

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Flamengo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512.4100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e acionistas da
EOL Potiguar B33 SPE S. A.
Serra do Mel – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EOL Potiguar B33 SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EOL Potiguar B33 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/F-2



Thiago Bragatto
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/ (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		(12.161)	5.754
Ajustes por			
Rendimentos de aplicações financeiras	2.1.3	(435)	(415)
Resultado financeiro - provisão de juros	2.1.3	20.387	3.966
Depreciações e amortizações	2.1.2	8.250	8.412
Ajuste a valor presente	2.1.3	(35)	32
Aumento / diminuição em ativos e passivos			
Contas a receber		(250)	(733)
Outros ativos		835	166
Contas a pagar - partes relacionadas		7.694	1.029
Fornecedores		654	1.773
Obrigações fiscais e trabalhistas		86	(500)
Penalidades		-	(4.946)
Recursos (gerados) provenientes das atividades operacionais		25.025	14.538
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.580)	(1.055)
Juros pagos sobre financiamento	2.2.6	(10.149)	(11.600)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumido) pelas atividades operacionais		13.296	1.883
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(2.929)	585
Aquisições de imobilizado	2.3.1	469	660
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de investimento		(2.460)	1.245
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		90	1.550
Empréstimos e financiamentos - pagamento	2.2.6	(6.485)	(7.071)
Custo de transação de empréstimos e financiamentos	2.2.6	(4.354)	-
Aumento (redução) de capital social	2.4.1	1.550	-
Mútuo - Partes relacionadas		(3.025)	(4.559)
Pagamento de arrendamentos		(436)	(500)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicado) pelas atividades de financiamento		(12.660)	(10.580)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(1.824)	(7.452)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.202	9.654
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(1.824)	(7.452)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		378	2.202
Transações que não afetam o caixa			
Registro de arrendamento e direito de uso	2.3.1	-	(80)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional líquida	2.1.1	46.506	44.545
Custos operacionais	2.1.2	(37.646)	(32.537)
Resultado bruto		8.860	12.008
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	2.1.2	(1.065)	(764)
Outras receitas (despesas)		-	49
Lucro operacional		7.795	11.293
Despesas financeiras		(20.737)	(6.345)
Receitas financeiras		781	806
Resultado financeiro	2.1.3	(19.956)	(5.539)
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(12.161)	5.754
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(1.729)	(1.694)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(13.890)	4.060
Lucro por ação	2.4.3	(0,13)	0,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
(Prejuízo) líquido do exercício	(13.890)	4.060
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(13.890)</u>	<u>4.060</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

EOL Potiguar B33 SPE S.A.
Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	378	2.202	Fornecedores	2.2.5	5.915	5.261
Contas a receber	2.2.4	4.700	4.450	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	10.130	9.509
Outros ativos		82	917	Obrigações fiscais e trabalhistas		272	186
Total do ativo circulante		5.160	7.569	Mútuos - partes relacionadas	4.2	1.551	4.576
				Contas a pagar - Partes relacionadas	4.2	8.838	1.144
				Penalidades contratuais	2.2.7	8	8
				Arrendamentos	2.2.8	71	65
				Total do passivo circulante		26.785	20.749
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	8.334	5.062	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	136.747	137.881
Imobilizado	2.3.1	238.082	245.497	Arrendamentos	2.2.8	8.772	8.435
Intangível	2.3.2	9.534	9.959	Obrigaçāo pela desmobilizaçāo de ativos		417	382
Total do ativo não circulante		255.950	260.518	Total do passivo não circulante		145.936	146.698
				Total do passivo		172.721	167.447
				Patrimônio líquido	2.4		
				Capital social		106.949	105.399
				Adiantamento para futuro aumento de capital		1.640	1.550
				Prejuízos acumulados		(20.200)	(6.309)
				Total do patrimônio líquido		88.389	100.640
Total do ativo		261.110	268.087	Total do passivo e patrimônio líquido		261.110	268.087

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Notas	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de Lucros			Lucro (Prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		105.399	-	-	-	-	(10.368)	95.031
Aumento de Capital	2.4.1	-	1.550	-	-	-	-	1.550
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.060	4.060
Saldos em 31 de dezembro de 2024		105.399	1.550	-	-	-	(6.308)	100.641
Aumento de Capital	2.4.1	-	1.640	-	-	-	-	1.640
Capitalização de AFAC		1.550	(1.550)	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(13.892)	(13.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		106.949	1.640	-	-	-	(20.200)	88.389

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

1 Contexto e mudanças significativas

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A EOL Potiguar B33 SPE S.A., constituída em 25 de julho de 2019, é uma Companhia por ações de capital fechado com propósito específico, com sede no Lote 01, Vila Ceará, Zona Rural, CEP 59.663-000, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica de fonte solar, e, em razão da atividade exercida, integram o objeto da Companhia todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, à implantação e à exploração do parque solar denominado “UFV Serra do Mel I”, com potência instalada de 100 (cem) MW.

Autorização do Parque Eólico EOL Potiguar B33 SPE S.A.

A Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL Nº 8.709 de 31 de março de 2020, alterada pela Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL Nº 9.253 de 29 de setembro de 2020, autorizou a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Potiguar B33, constituída de 17 (dezesete) Unidades Geradoras, totalizando 58.905 kW de capacidade instalada.

A Companhia firmou contrato no Ambiente Livre de Comercialização (ACL), o qual prevê início de suprimento de energia em 01 de julho de 2021 e tem duração de 20 anos.

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se com o capital circulante negativo no montante de R\$ 21.625 (R\$ 13.180, em 31 de dezembro de 2024). Havendo a necessidade de capital giro adicional, a administração realizará chamada de capital para a sua acionista, a fim de que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2026.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício

2.1.1 Receita operacional de energia, líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta de fornecimento - ACL	48.017	45.954
Ressarcimento (Penalidade) - CCEE	-	67
Receita bruta de fornecimento - CCEE	25	94
Certificado de energia renovável	217	115
Tributos sobre receita	(1.753)	(1.685)
Total de receita operacional, líquida	<u>46.506</u>	<u>44.545</u>

Aumento da receita ocorreu devido ao aumento da venda de energia possibilitado pela ampliação da garantia física e pela atualização do preço das receitas contratuais.

2.1.2 Custos operacionais e despesas administrativas

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	<u>Custos operacionais</u>	<u>Despesas administrativas</u>	<u>Custos operacionais</u>	<u>Despesas administrativas</u>
Encargos setoriais	(4.196)	-	(3.927)	-
Energia comprada para revenda	(14.623)	-	(13.276)	-
Energia comprada para revenda - Parte Relacionada	(3.371)	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	(4.205)	-	(4.040)	-
Serviços de operação e manutenção - parte relacionada	(2.145)	-	(2.009)	-
Aluguéis	(120)	-	(155)	-
Depreciações e amortizações	(8.051)	-	(8.223)	-
Depreciações e amortizações - arrendamento	(199)	-	(189)	-
Seguros	(736)	-	(718)	-
Despesas administrativas gerais	-	(257)	-	(344)
Serviços de terceiros	-	(808)	-	(420)
	<u>(37.646)</u>	<u>(1.065)</u>	<u>(32.537)</u>	<u>(764)</u>

Aumento de custos ocorre devido à compra de energia para atendimento de contrato.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.3 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	435	392
Rendimentos em títulos e valores mobiliários	343	393
Variação cambial ativa	-	18
Juros de contas a receber	3	3
Total	781	806
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.754)	(10.495)
Juros arrendamento	(404)	(388)
Custo da Transação	(10.229)	6.899
IOF	(36)	(11)
Ajuste a valor presente	(35)	(32)
Outras despesas financeiras	(279)	(2.318)
Total	(20.737)	(6.345)
Total de resultado financeiro	(19.956)	(5.539)

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia - Liquidação CCEE	25	94
Venda de energia - Mercado Livre/ACL	48.017	45.954
Certificado de Energia Renovável	217	115
Receita Bruta de vendas	48.259	46.163
Presunção imposto de renda - 8% (a)	3.863	3.693
Presunção contribuição social - 12% (b)	5.792	5.540
Demais receitas e ganhos de capital (c)	781	855
Variação Cambial Não Realizada (c)	-	18
Base de cálculo - IRPJ (a)+(c)	4.644	4.566
Imposto de renda: 15%	697	685
Adicional de Imposto de Renda: 10%	440	433
Total IRPJ	1.137	1.118
Base de cálculo - CSLL (b)+(c)	6.573	6.413
Contribuição social: 9%	592	576
Total de CSLL	592	576
Total IRPJ e CSLL	1.729	1.694

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria; e
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	378	2.202
Contas a receber	4.700	4.450
Títulos e valores mobiliários	8.334	5.062
Total ativos financeiros	<u>13.412</u>	<u>11.714</u>
Passivos financeiros		
Fornecedores	(5.915)	(5.261)
Empréstimos e financiamentos	(146.877)	(147.390)
Passivo de arrendamento	(8.843)	(8.500)
Penalidades contratuais	(8)	(8)
Contas a pagar, mútuos e dividendos - partes relacionadas	(10.389)	(5.720)
Total de passivos financeiros	<u>(172.032)</u>	<u>(166.879)</u>
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	<u>(158.620)</u>	<u>(155.165)</u>

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	77	28
Aplicações financeiras	301	2.174
	<u>378</u>	<u>2.202</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Fundos de Investimentos e Certificados de Depósito Bancário, ambos com liquidez imediata. Os CDBs são títulos de renda fixa cuja rentabilidade foi de 96,5% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário (2024 – 96% a 97% do CDI) e são mantidos junto a uma instituição financeira rating B classificado pela Fitch Ratings.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Para a segurança do pagamento do serviço da dívida, compreendendo o principal, juros e eventuais comissões, foi constituído em dezembro de 2021 o Fundo de Liquidez, conforme avençado no contrato de financiamento de longo prazo celebrado ente o BNB e a Companhia. Trata-se de uma conta reserva, cujo saldo mínimo deverá ser de 2,05% do valor do saldo devedor do empréstimo. Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 93,29% do CDI (91,3% do CDI em 2024) - Certificado de Depósito Interbancário. A obrigação de manutenção do Fundo de Liquidez cessará com o vencimento do contrato de financiamento ou liquidação antecipada da dívida.

Os valores mantidos na conta de Recursos Próprios e Desembolsos são obrigações contratuais mantidas com o banco financiador, para que o mesmo possa efetuar a liberação das parcelas do financiamento de acordo com as regras do contrato. Como os recursos apenas transitam por esta conta, seu saldo de encerramento dever-se-ia ser zero, salvo quando o depósito é efetuado antes da data solicitada pelo banco, e o mesmo é mantido na conta até o momento da liberação dos recursos financiados pelo banco financiador. Ressalta-se que, existem recursos nas contas de O&M aplicados em Fundo de Investimento conforme estabelecido em contrato, cuja gestão compete ao banco administrador das contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 93,29% do CDI (97,3% do CDI em 2024) – Certificado de Depósito Interbancário.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviço da dívida - empréstimo BNB	3.400	3.432
Conta restrita - O&M	1.088	1.054
Trianon	3.846	576
	<u>8.334</u>	<u>5.062</u>

2.2.4 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CCEE - Câmara Comercializadora de Energia	196	183
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	4.469	4.183
Demais Clientes	35	84
	<u>4.700</u>	<u>4.450</u>

O prazo médio de recebimento em 2025 dos valores relativos às vendas de energia é de 30 dias da data do faturamento.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto com mais de 90 dias refere-se à operação de venda de energia junto a CCEE e através de contratos bilaterais, e está sendo liquidado parceladamente ao longo dos meses, sendo assim a Administração da Empresa entende não haver necessidade de constituir a provisão para crédito de liquidação duvidosa.

2.2.5 Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Operação e manutenção	24	57
Compra de energia	5.413	3.981
Materiais e serviços	112	870
Encargos de transmissão	366	353
Total	<u>5.915</u>	<u>5.261</u>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.6 Empréstimos e financiamentos
2.2.6 (a) Composição de saldo

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos					
BNB	IPCA + 1,8282% a.a.	Real	15/07/2022 - 15/06/2040	156.739	165.144
Custos da transação				(9.862)	(17.754)
				146.877	147.390
Total circulante				10.130	9.509
Total não circulante				136.747	137.881

Em 05 de junho de 2021, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 158.863 com vencimento para julho de 2040. O referido contato possui taxa de juros prevista de IPCA + Spread de 1,8282% a.a. (com bônus de adimplência de 15% incidentes sobre o Spread).

Em 31 de outubro de 2022, foi captada a parcela final no valor de R\$ 18.568 do financiamento obtido, completando assim todos os desembolsos a serem recebidos pelos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

A movimentação dos financiamentos nos exercícios de 2025 e de 2024 é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	162.465
Juros - resultado	10.495
Custos da transação	(6.899)
Pagamento - principal	(7.071)
Pagamento - juros	(11.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	147.390
Juros - resultado	9.754
Custos da transação	6.367
Pagamento - principal	(6.485)
Pagamento - juros	(10.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	146.877

2.2.6 (b) Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNB estabelece que a partir da conclusão física e financeira do projeto, deve-se manter o nível de atividade adequado ao estudo econômico-financeiro realizado, sendo este entendido como geração mínima de 90% (noventa por cento) da garantia física do empreendimento objeto do crédito calculado a uma probabilidade de 90% (noventa por cento).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.6 (c) Garantias

São garantias do contrato do BNB:

- a) Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva correspondente a pelo menos R\$ 3.273 ou o equivalente a 2,11% do valor efetivamente desembolsado, mantido durante todo o prazo do contrato.
- b) Fiança bancária de 100% do saldo devedor, formalizada pela(s) carta(s) de fiança emitida(s) pelo(s) fiador(es) previamente a cada desembolso, mantidas até a efetiva liquidação da operação ou, alternativamente, pelo prazo mínimo de um ano com obrigatoriedade de renovação com antecedência mínima de 60 dias do seu vencimento, nas mesmas bases de cobertura.

São garantias do contrato de fiança:

- c) O contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia e outras avenças;
- d) O contrato de alienação fiduciária de ações em garantia e outras avenças;
- e) O contrato de alienação fiduciária de equipamentos em garantia e outras avenças (17 turbinas);

2.2.7 Penalidades

O contrato de comercialização de energia elétrica bilateral no ambiente livre prevê a verificação anual quanto ao cumprimento contratual, conforme metodologia acordada entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2025, foi registrado o valor de R\$ 8 correspondente a provisão de penalidade anual (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Penalidades contratuais	8	8
Total passivo circulante	8	8
Total	8	8

Para atender as demandas de energia, a Companhia está comprando energia para revenda, diminuindo assim as penalidades.

2.2.8 Passivo de arrendamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a aplicação do IFRS 16/CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil” teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia em referência às operações de arrendamento fundiários onde está localizado o parque eólico, tendo a Companhia adotado a abordagem retrospectiva simplificada.

Para os arrendatários, o IFRS 16/ CPC06(R2) é baseado em um modelo singular que elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, sendo tanto os arrendamentos operacionais como os financeiros reconhecidos no balanço patrimonial mediante o registro de um ativo (correspondente ao direito de uso de um determinado ativo por um período) e um passivo (correspondente à obrigação de pagar pelo arrendamento do ativo).

Os contratos fundiários por escopo do IFRS 16 possuem vencimento entre maio de 2066 a dezembro de 2069, com taxa de desconto praticada de 4,55% a.a.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Arrendamentos	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	65	-	(32)	-	38	71
Passivo Não Circulante	8.435	404	(404)	375	(38)	8.772
Total no Passivo	8.500	404	(436)	375	-	8.843

Arrendamentos	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	59	-	(32)	-	38	65
Passivo Não Circulante	8.124	388	(388)	349	(38)	8.435
Total no Passivo	8.183	388	(420)	349	-	8.500

2.3 Ativos e passivos não-financeiros

2.3.1 Imobilizado

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	254.244	216.419	244.412	214.589
Linha de transmissão e subestação	14.787	12.959	24.608	22.379
Instalações	3	1	3	2
Total do imobilizado em operação	269.034	229.379	269.023	236.970
Bens em operação				
Terreno - Direito de uso	9.061	8.383	8.650	8.171
Máquinas e equipamentos	269	127	300	208
Móveis e utensílios	255	177	177	130
Equipamentos de informática	24	16	24	18
Total dos bens em operação	9.609	8.703	9.151	8.527
Total do imobilizado	278.643	238.082	278.174	245.497

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1 (a) Movimentações entre 2025 e 2024

	Valor líquido em 31/12/2024	Adições/(Baixas)	Atualização contratual	Outras movimentações	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em operação						
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	214.589	9.821	-	11	(8.002)	216.419
Linha de transmissão e subestação	22.379	(9.821)	-	-	401	12.959
Instalações	2	-	-	-	(1)	1
Total do imobilizado em operação	236.970	-	-	11	(7.602)	229.379
Bens em operação						
Terreno - Direito de uso	8.171	-	411	-	(199)	8.383
Móveis e utensílios	208	-	-	(31)	(50)	127
Máquinas e equipamentos	130	-	-	78	(31)	177
Equipamentos de informática	18	-	-	-	(2)	16
Total dos bens em operação	8.527	-	411	47	(282)	8.703
Total do imobilizado	245.497	-	411	58	(7.884)	238.082

2.3.1 (b) Movimentações em 2024 e 2023

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições/(Baixas)	Atualização contratual	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em operação					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	221.380	(107)	-	(6.684)	214.589
Linha de transmissão e subestação	23.903	(553)	-	(971)	22.379
Instalações	2	-	-	-	2
Total do imobilizado em operação	245.285	(660)	-	(7.655)	236.970
Bens em operação					
Terreno - Direito de uso	7.982	-	429	(240)	8.171
Móveis e utensílios	238	-	-	(30)	208
Máquinas e equipamentos	148	-	-	(18)	130
Equipamentos de informática	23	-	-	(5)	18
Total dos bens em operação	8.391	-	429	(293)	8.527
Total do imobilizado	253.676	(660)	429	(7.948)	245.497

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 Intangível

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos históricos incorridos na Companhia até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Serra do Mel antes do início da construção do parque.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Intangível em operação	11.532	9.532	11.532	9.956
Software	12	2	12	3
Total do intangível em operação	11.544	9.534	11.544	9.959
Total do intangível	11.544	9.534	11.544	9.959

2.3.2 (a) Movimentações em 2025 e 2024

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em operação			
Intangível em operação	9.955	(423)	9.532
Software	4	(2)	2
Total do intangível em operação	9.959	(425)	9.534
Total do intangível	9.959	(425)	9.534

2.3.2 (b) Movimentações em 2024 e 2023

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em operação			
Intangível em operação	10.417	(462)	9.955
Software	6	(2)	4
Total do intangível em operação	10.423	(464)	9.959
Total do intangível	10.423	(464)	9.959

2.4 Patrimônio líquido

2.4.1 Capital social

Conforme AGE de constituição, o seu subscritor é a Votalia Energia do Brasil Ltda. que subscreveu e integralizou 100% (cem por cento) das ações. O aporte de capital inicial da Companhia foi de R\$100,00 (cem reais), o qual é dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 106.949 (R\$ 105.399 em 31 de dezembro de 2024), subscrito e integralizado conforme descrito abaixo:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Quantidade de ações	%	Valor	%
Ventos de Serra do Mel III S.A.	106.949	100%	106.949	100%
	106.949	100%	106.949	100%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi aprovado aumento de capital de R\$1.550, mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital anteriormente aportados. Adicionalmente, foram realizados novos adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$1.640, registrados em patrimônio líquido para futura capitalização.

2.4.2 Destinação do resultado

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

A companhia não apresentou lucro no exercício de 2025 e 2024.

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	(13.890)	4.060
Absorção do prejuízo do exercício	-	(4.060)
(Prejuízo) ajustado	(13.890)	(6.309)
Destinação do lucro (prejuízo):	(13.890)	(6.309)
Prejuízo acumulado	(13.890)	(6.309)

2.4.3 Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido da Companhia pela quantidade média de ações no exercício, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (Prejuízo) no exercício	(13.890)	4.060
Quantidade média ponderada de ações no exercício	106.949.000	105.398.610
Lucro líquido (Prejuízo) por ação (em reais - R\$)	(0,13)	0,04

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.3 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.4 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas provisões acima mencionadas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	5.915	-	-	-	5.915
Empréstimos e financiamentos	10.130	10.130	30.390	96.227	146.877
Mútuos - partes relacionadas	1.551	-	-	-	1.551
Contas a pagar - Partes relacionadas	8.838	-	-	-	8.838
Arrendamentos	71	71	213	8.488	8.843
Penalidades	8	-	-	-	8
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	5.261	-	-	-	5.261
Empréstimos e financiamentos	9.509	9.509	28.527	99.845	147.390
Mútuos - partes relacionadas	4.576	-	-	-	4.576
Contas a pagar - Partes relacionadas	1.144	-	-	-	1.144
Arrendamentos	65	65	195	8.175	8.500
Penalidades	8	-	-	-	8

4 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

4.1 Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. Com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, no caso das ações trabalhistas, também na experiência histórica relacionada aos valores pleiteados, não foram identificadas contingências com expectativa de perda classificada como provável. Dessa forma, não houve constituição de provisão para tais causas.

4.2 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

Além disso, a Companhia figura no polo passivo de ações judiciais de natureza cível e trabalhista classificadas com probabilidade de perda possível, relacionadas, principalmente, a questões decorrentes da implantação, operação e manutenção de parques eólicos, bem como a alegações de responsabilidade subsidiária em demandas envolvendo prestadores de serviços terceirizados.

Tais contingências envolvem, em síntese: (i) alegações de ruídos, vibrações e impactos estruturais em imóveis vizinhos aos empreendimentos; (ii) pedidos de indenização por danos morais e materiais; (iii) discussões sobre supostos impactos socioambientais; (iv) Ação Civil Pública envolvendo alegações de impactos ambientais e pedidos de readequação de empreendimentos; e (v) reclamações trabalhistas envolvendo, principalmente, pedidos relacionados a verbas rescisórias, FGTS, multas legais e demais obrigações trabalhistas atribuídas subsidiariamente à Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Os processos encontram-se, em sua maioria, em fase de conhecimento ou recursal, incluindo demandas em instrução probatória, com realização ou determinação de perícias técnicas judiciais, bem como reclamações trabalhistas com recursos pendentes de apreciação. Não há, até a data-base, elementos que caracterizem obrigação presente provável que demande constituição de provisões.

As ações cíveis individuais possuem, em geral, valores pleiteados entre R\$ 200 mil e R\$ 350 mil por autor, com valores atualizados por processo variando aproximadamente entre R\$ 229 mil e R\$ 400 mil. No caso da Ação Civil Pública, há pedidos de maior materialidade econômica, incluindo indenização por danos morais coletivos ambientais no montante aproximado de R\$ 106,4 milhões, além de obrigações de fazer relacionadas à readequação de empreendimentos e pleitos individuais homogêneos associados. As reclamações trabalhistas classificadas como perda possível totalizam aproximadamente R\$ 170 mil, considerando os valores atualizados atribuídos aos processos em andamento.

A Administração, com base nas informações disponíveis, entende que as demandas envolvem incertezas relevantes quanto ao desfecho, incluindo dependência de prova técnica especializada, matérias ainda sujeitas a apreciação judicial e recursos pendentes, não sendo possível, neste momento, concluir pela existência de obrigação presente provável ou mensurável com suficiente confiabilidade.

4.3 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Votalia, como segue:

4.3.1 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2025		
	Passivo - contas a pagar	Passivo - mútuos	Resultado – Custos e/ou Gastos Administrativos
Circulante			
EOL Potiguar B31 SPE S.A.	4.577	1.551	-
Ventos de Serra do Mel I S.A.	-	-	346
Ventos de Serra do Mel II S.A.	-	-	241
Votalia Energia do Brasil Ltda	1.102	-	1.004
Votalia Serviços do Brasil Ltda	953	-	1.141
Votalia do Brasil Comerc Energia Ltda.	2.206	-	2.784
Total circulante	8.838	1.551	5.516
Total	8.838	1.551	5.516

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

4.3.2 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024		
	Passivo - contas a pagar	Passivo - mútuos	Resultado – Custos e/ou Gastos Administrativos
Circulante			
EOL Potiguar B31 SPE S.A.	-	4.576	-
Voltaia Energia do Brasil Ltda	589	-	961
Voltaia Serviços do Brasil Ltda	555	-	1.048
Total circulante	1.144	4.576	2.009
Total	1.144	4.576	2.009

4.4 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas. Não está incluída, no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

Apólice	Vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais - Tokio Marine	13/12/2024 a 13/12/2025	413.905
Riscos Operacionais - SWISS RE	13/12/2025 a 13/12/2027	404.350
Responsabilidade civil geral - Tokio Marine	28/11/2024 a 28/11/2026	30.000

5 Políticas contábeis materiais adotadas

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

5.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas – 32 anos (25 anos)

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

5.3 Intangível**5.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos**

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

5.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

5.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

5.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

5.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro é registrado inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado podendo ser reduzido por ajuste de redução ao valor recuperável. Essas perdas são apuradas de acordo com a experiência histórica de perdas de crédito e ajustadas em fatores específicos aos devedores, nas condições atuais e futuras, quando aplicável.

5.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

5.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

5.7 Tributação**5.7.1 Tributos sobre a receita operacional**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social (“PIS”), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social (“Cofins”), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços (“ISS”), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.7.2 Tributos sobre o lucro**Impostos correntes**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

5.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

5.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/ mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

5.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizada para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 4,55% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

5.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações financeiras

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações financeiras. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190*

